



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO **Nº 39 / 2010**

REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2010

MOÇÃO

LUTAR CONTRA AS INJUSTIÇAS – EXIGIR UMA VIDA MELHOR

No seguimento do Orçamento de Estado para 2010 e do famigerado PEC, as recentes medidas acordadas entre o Governo e PSD vão penalizar ainda mais os portugueses, os seus salários e reformas, os seus empregos, os seus direitos e atrasar ainda mais o desenvolvimento do país.

Para além de novos cortes nas transferências para as autarquias, (em 100 milhões de euros), e do aumento das cativações para o sector empresarial do Estado, (em 300 milhões de euros), impondo mais cortes no investimento público de proximidade e provocando o aumento de preços de serviços públicos, designadamente dos transportes públicos, o designado plano de austeridade de José Sócrates e Passos Coelho propõe um injusto e injustificado aumento de impostos que vai penalizar em especial os mais baixos rendimentos e salários.

Quando o Governo se propõe aumentar entre 7 e 10% o IRS dos escalões mais baixos e propõe um aumento de pouco mais de 3% para os dois escalões de mais altos rendimentos, quando o Governo, para além aumento generalizado do IVA que vai penalizar o consumo e comprometer ainda mais a competitividade da economia nacional, ainda por cima propõe um aumento de 20% na taxa do IVA dos bens de primeira necessidade, percebe-se muito bem que não há qualquer distribuição equitativa do esforço e que ele é exigido aos trabalhadores, aos pensionistas e reformados, a quem menos tem e menos pode.

Ficam de fora do plano de austeridade o sistema financeiro e bancário, os principais responsáveis pela crise, os que dela beneficiaram e mais uma vez se preparam – com a cumplicidade do Governo e do PSD – para não serem por isso responsabilizados.

Este plano não é justo. Por isso apresentámos na Assembleia da República um conjunto de quatro iniciativas legislativas que constitui um contributo político para aumentar as receitas do Estado à custa da tributação adicional do sector bancário e financeiro, à custa da tributação adicional dos lucros escandalosos de grandes grupos económicos e à custa do combate acrescido à evasão fiscal e aos sistemas fiscais privilegiados.

Em primeiro lugar, a criação de um novo imposto, (o Imposto sobre as Transacções e Transferências Financeiras, ITTB), que taxa em 0,1% todas as operações realizadas no mercado regulamentado e não regulamentado da Euronext Lisboa e que taxa em 20% as transferências financeiras para os paraísos fiscais.

Em segundo lugar, a tributação extraordinária dos patrimónios mais elevados, através da introdução temporária, (até 31 de Dezembro de 2013), de taxas agravadas de IMT (Imposto Municipal sobre Transacções Onerosas), de IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), de ISV (Imposto sobre Veículos) e de IUC (Imposto Único de Circulação), incidindo sobre prédios de valor superior a 1,2 milhões de euros, sobre veículos ligeiros de passageiros de custo, antes de impostos, superior a 100 000 euros e sobre a detenção de iates e aviões particulares.

Em terceiro lugar, que o sector bancário e os grandes grupos económicos com lucros tributáveis superiores a 50 milhões de euros passem a ser efectivamente tributados em IRC com a taxa de 25%, deixando de poder deduzir qualquer tipo de benefícios fiscais até ao final de Dezembro de 2013. Neste quadro, PCP propõe igualmente a eliminação de todos os benefícios fiscais que são hoje concedidos, em sede de IRC, ao sistema bancário e financeiro e às entidades gestoras de produtos financeiros com estabelecimentos situados na Zona Franca da Madeira.

E por último, a revogação dos benefícios fiscais que hoje beneficiam os PPR, repondo o que o Orçamento do Estado para 2005 veio consagrar.

Trata-se de quatro projectos que são uma oportunidade para introduzir justiça e equidade fiscal, constituem uma real alternativa ao plano de austeridade acordado entre o Governo e o PSD.

O Poder Local Democrático contribuiu e contribui significativamente para o desenvolvimento e progresso da Região de Setúbal e para o bem-estar das populações. O anunciado corte de 100 milhões de euros nas transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro e do Fundo Social Municipal das autarquias é mais um corte cego, sem considerar as suas consequências nos orçamentos municipais. Este corte acresce à continuada redução da capacidade de investimento das autarquias e coloca em causa neste momento a concretização dos projectos do QREN ou o prosseguimento de importantes projectos que significam uma melhoria da qualidade de vida das populações. A capacidade de investimento das autarquias estimula o desenvolvimento da economia local e das Micro Pequenas e Médias Empresas, essenciais no actual período de estagnação económica.

Por isso, a **Assembleia Municipal do Barreiro**, reunida em sessão ordinária no **dia 24 de Junho de 2010** decide:

1. Solidarizar-se com os trabalhadores e o povo português que grandioso Jornada Nacional de Luta e protesto do passado dia 29 de Maio que contou com mais de 300 mil participantes;

2. Repudiar o plano de austeridade do Governo PS e do PSD por serem ruinosos para a economia nacional e promoverem a estagnação e o declínio nacional bem como o desastre e insensibilidade social e que visa impor ao povo o pagamento da factura da crise, que o capital financeiro criou e de que tem sido o principal beneficiário;
3. Repudiar o corte de 100 milhões de euros nas transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro e do Fundo Social Municipal das autarquias o que terá sérias consequências nos orçamentos municipais, Colocando em causa a concretização de muitos projectos.

Aprovada por maioria, com 20 votos a favor da CDU e do BE e 13 votos contra do PS e do PSD.

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro



Frederico Pereira